

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 3 (TRÊS) POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHARIA CIVIL PARA A DEM E PARA A DFOPC

ATA UM

Ao décimo sexto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Viseu de 09/12/2022 onde foi autorizada a abertura do procedimento concursal por tempo indeterminado para ocupação de 3 postos de trabalho de técnico superior – engenharia civil para a Divisão de Energia e Mobilidade e para a Divisão de Fiscalização de Obras Públicas e Contratos, reuniu o Júri do procedimento concursal referido em epígrafe, no Edifício dos Paços do Concelho, constituído por: Paula Cristina Santos Aires Faro Morais Gomes, Chefe da Divisão de Energia e Mobilidade, na qualidade de Presidente do Júri; Célia Teresa Carrilho Gomes Coelho, Chefe da Divisão de Fiscalização de Obras Públicas e Contratos e Carla Canotilho Rodrigues, Chefia da Unidade Orgânica de Mobilidade, na qualidade de Vogais.

O procedimento concursal é para ocupação de 3 postos de trabalho, sendo 1 posto de trabalho para a Divisão de Energia e Mobilidade e 2 postos de trabalho para Divisão de Fiscalização de Obras Públicas e Contratos, contando a caracterização de cada posto nos perfis de competências anexos à presente ata.

A reunião de júri teve como finalidade deliberar sobre os seguintes assuntos, que constituíram a ordem de trabalhos da reunião:

1. Definição de parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração de cada método de avaliação;
2. Critérios de ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situações não configurada como preferencial;
3. Exclusão dos candidatos que não compareçam para aplicação de métodos de seleção;
4. Forma de notificação dos candidatos.



Assim, considerando que:

- a) Nos termos do disposto nos números 1 a 3 do artigo 36.º de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro, os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:
 - i. Aos candidatos que reúnam as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP (candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa e candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade) serão aplicados os métodos de seleção avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências;
 - ii. Aos restantes candidatos e aos referidos na alínea anterior, que, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, tenham afastado por declaração escrita os métodos de seleção avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências, serão aplicados os métodos de seleção prova de conhecimentos e avaliação psicológica.
- b) De acordo com o número 1 e 2 do artigo 18.º da Portaria, serão aplicados como métodos de seleção facultativos a entrevista de avaliação de competências e avaliação psicológica.
- c) A **Avaliação curricular**, que visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho;
- d) A **Entrevista de avaliação de competências** que visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função;
- e) A **Prova de conhecimentos**, que visam avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa;

013
P. A

- f) A **Avaliação psicológica**, que visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido e em anexo à presente ata.

I – Ponderado o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho a ocupar, relativamente ao **ponto 1 da ordem de trabalhos**, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1. Quanto à **Avaliação Curricular**:

1.1. A valoração da Avaliação Curricular resultará da ponderação dos seguintes parâmetros:

- a) **Habilitação Académica** — Certificada pelas entidades competentes igual, equivalente ou superior à exigida para integração na carreira visada no presente procedimento.

Habilitação Académica	classificação
Licenciatura pós-Bolonha em Eng. Civil	16 valores
Licenciatura pós-Bolonha em Eng. Civil com Mestrado e/ou Licenciatura pré-Bolonha em Eng. Civil	18 valores
Escolaridade superior	20 valores

- b) **Formação Profissional** — Neste parâmetro serão considerados apenas os cursos de formação na área da atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal devidamente comprovados. Considerando as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionados com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função visada no presente procedimento concursal será classificada em resultado do somatório do correspondente número de horas de formação ou aperfeiçoamento, nos termos seguintes:

Horas de formação	classificação
Sem formação relevante para o exercício da função	0 valores
Com formação relevante até 30 horas	10 valores
Com formação relevante de 31 horas até 60 horas	12 valores
Com formação relevante de 61 horas até 120 horas	16 valores
Com formação relevante de 121 horas até 180 horas	18 valores
Com formação relevante Superior a 180 horas	20 valores

Sendo que:

- Apenas será considerada a formação devidamente comprovada e concluída até ao termo do prazo da apresentação candidaturas;
 - Nas ações de formação ou aperfeiçoamento profissional em cujos certificados a duração é referida em dias, a cada dia corresponderão 6 horas de formação;
 - Nas ações de formação ou aperfeiçoamento profissional cujos certificados, no que concerne à sua duração, não têm referência a dias ou horas, serão consideradas 6 horas de formação;
 - Nas ações de formação ou aperfeiçoamento profissional em cujos certificados se verifique que o número de horas de duração da mesma é maior que o número de horas frequentadas ou assistidas, será considerado este último.
- c) Experiência Profissional — Este parâmetro refere-se ao desempenho efetivo de conteúdo funcional idêntico àquele que é referido na caracterização específica das funções do respetivo posto de trabalho e perfil de competências, devidamente comprovada através de declaração a emitir pelo(s) serviço(s) de origem, sendo classificada nos seguintes termos:

Experiência Profissional	classificação
Menos de 1 ano de experiência profissional	10 valores
Entre 1 e 2 anos de experiência profissional	12 valores
Entre 2 e 3 anos de experiência profissional	14 valores
Entre 3 e 5 anos de experiência profissional	16 valores
Entre 5 e 10 anos de experiência profissional	18 valores
Mais de 10 anos de experiência profissional	20 valores

- d) Avaliação do Desempenho — Este parâmetro corresponderá à média aritmética das avaliações obtidas nos últimos 3 biénios em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idêntica às do posto de trabalho a ocupar, após a sua conversão na escala de 0 a 20 valores, de acordo com o seguinte:

$< 2 - 0$ valores || ≥ 2 e $< 2,5 - 10$ valores || $\geq 2,5$ e $< 3 - 12$ valores
 ≥ 3 e $< 3,5 - 14$ valores || $\geq 3,5$ e $< 4 - 16$ valores || ≥ 4 e $< 4,5 - 18$ valores
 $\geq 4,5$ e $< 5 - 20$ valores

AS
f. A

Nos casos em que os candidatos não possuam, por razões que não lhe sejam imputáveis, avaliação de desempenho relativa ao pedido a considerar ser-lhe-ão atribuídos 12 valores.

Sempre que algum dos documentos apresentados pelos candidatos impossibilite a avaliação de um dos parâmetros relativos à Avaliação Curricular, ser-lhe-á atribuída a nota mínima prevista para esse parâmetro.

A Avaliação Curricular (AC), assim como todos os fatores acima identificados, será expressa na escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = HA (15\%) + FP (30\%) + EP (40\%) + AD (15\%)$$

Em que:

AC – Avaliação Curricular
HA – Habilitação Académica
FP – Formação Profissional
EP – Experiência Profissional
AD – Avaliação de Desempenho

2. Quanto à **Entrevista de Avaliação de Competências**:

- 2.1. A entrevista de avaliação de competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.
- 2.2. A entrevista de avaliação de competências terá a duração de aproximadamente 30 a 45 minutos e basear-se-á num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido no anexo à ata e visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com às competências que integram aquele perfil.
- 2.3. A entrevista de avaliação de competências será valorada numa escala de 0 a 20 valores e será elaborado um guião por cada candidato.
- 2.4. As competências avaliadas serão:
 - 2.4.1 Orientação para os resultados;
 - 2.4.2 Planeamento e organização;
 - 2.4.3 Conhecimentos especialização e experiência;

AS
f
E

2.4.4 Responsabilidade e compromisso com o Serviço.

3. Quanto à **Prova de Conhecimentos**:

- 3.1. A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa.
- 3.2. A prova de conhecimentos terá a natureza teórica destinada a avaliar em que medida, os/as candidatos/as dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Assumirá a natureza escrita, terá a duração de 90 (noventa) minutos, valorada numa escala de 0 a 20 valores, de carácter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.
- 3.3. Será realizada uma única prova de conhecimentos para as duas Divisões, 3 postos de trabalho.

Legislação aplicável:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro que regula as prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de trabalho;
- Decreto-Lei n.º 18/2022, de 28 de janeiro – Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;
- Decreto-Lei n.º 278/2003, de 29 de outubro - Condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis;
- Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais;
- Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

A legislação indicada é a que se encontra publicada e em vigor. É permitida a consulta de legislação simples, não anotada e apenas dos seguintes diplomas. Não é permitida a consulta de informação e legislação em formatos eletrónicos.

21
S. E.

4. Quanto à **Avaliação Psicológica**:

4.1. A avaliação psicológica que visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. Na realização da avaliação psicológica há privacidade dos elementos e resultados perante terceiros que não o próprio candidato, sob pena de quebra do dever de sigilo. O resultado da avaliação psicológica tem uma validade de 24 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, podendo, durante esse período, o resultado ser aproveitado para outros procedimentos de recrutamento para postos de trabalho idênticos realizados pela mesma entidade avaliadora ou pela DGAEP. A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto.

5. Quanto ao sistema de valoração final:

5.1. A **ordenação final** dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, será efetuada por ordem decrescente de classificação, de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, através da aplicação das seguintes formulas:

a) Candidatos a que foram aplicados os métodos de seleção avaliação curricular, entrevista de avaliação de competências e avaliação psicológica:

$$OF = (AC \times 70\%) + (EAC \times 30\%) + AP(\text{Apto/Não apto})$$

Em que:

OF = Ordenação Final

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competência

AP = Avaliação Psicológica

b) Candidatos a que foram aplicados os métodos de seleção prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências:

$$OF = (PC \times 70\%) + AP(\text{Apto/Não apto}) + (EAC \times 30\%)$$

Em que:

PS
F. L.

OF = Ordenação Final

PC = Prova de Conhecimentos

AP = Avaliação Psicológica

EAC = Entrevista de Avaliação de Competência

- 5.2. Em todos os cálculos efetuados no âmbito das formulas apresentadas, bem como na apresentação da classificação final, serão utilizados, valores até as centésimas, com arredondamento por excesso para a casa centesimal imediatamente superior, nos valores obtidos em centésimas iguais ou superiores a 0,05, e para a imediatamente inferior, por defeito, nos restantes, no âmbito do número 5 do artigo 21.º da Portaria.
- 5.3. Nos termos dos números 3 e 4 do artigo 21.º da Portaria, cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases ou sejam considerados *Não Apto* na Avaliação psicológica não lhes sendo aplicável o método ou fase seguinte.

II – Relativamente ao **ponto 2 da ordem de trabalhos** – critérios de ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada como preferencial, o júri deliberou, por unanimidade, que:

Caso subsista igualdade de valoração após a aplicação dos critérios de ordenação preferencial previstos nos números 1 e 2 do artigo 24.º da Portaria, serão subsequentemente utilizados os seguintes critérios de ordenação preferencial:

1. Experiência profissional comprovada na área.
2. Candidato com melhor classificação na competência 2.4.1 na entrevista de avaliação de competências.
3. Candidato com melhor classificação na componente de CCP da prova de conhecimento.

III – Quanto ao **ponto 3 da ordem de trabalhos** – Exclusão dos candidatos que não compareçam para aplicação de métodos de seleção, o júri deliberou, por unanimidade, que

serão excluídos do procedimento os candidatos que não compareçam para a aplicação de qualquer um dos métodos de seleção.

IV- Por último e no que concerne ao **ponto 4 da ordem de trabalhos**:

Notificações e forma de publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos - As notificações, convocatórias para aplicação dos métodos de seleção e publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar são efetuadas de acordo o art.º 6º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Viseu e disponibilizada na sua página eletrónica, www.cm-viseu.pt. As notificações são efetuadas preferencialmente por correio eletrónico. Nos casos em que não seja possível ou adequada a notificação recorrer-se-á às restantes formas de notificação previstas no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O Júri,

Paulo Augusto Soares Faria

Cláudia Teresa Carrilho Camacho

Carla Carrilho Rodrigues

NJ
L. A.

Anexo à ATA UM

1. Perfil de Competências

1.1 Divisão de Energia e Mobilidade – 1 posto de trabalho

1.2 Divisão de Fiscalização de Obras Públicas e Contratos – 2 postos de trabalho

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

1.1. Perfil de Competências

Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior

Designação do posto de trabalho	Técnico Superior – Eng. Civil	Nº Funcionário	
Unidade Orgânica a que pertence	DEM		
Superior hierárquico direto			
Quem reporta a si diretamente			
Nº de Postos de trabalho idênticos no mapa de pessoal	Ocupados		Nº de Postos de trabalho idênticos nesta unidade orgânica
	Por Ocupar		
Principais áreas de trabalho			
Conteúdo Funcional Geral	<ul style="list-style-type: none"> Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores. (Anexo à Lei 12/A/2008, 27 Fev. artigo 49, nº2) 		
Principais Atribuições e Competências	<p>Efetuar Planeamento e estudos de tráfego; Conceber e estabelecer planos para a mobilidade e transportes do Concelho; Efetuar estudos para implementação de uma mobilidade urbana sustentável; Estabelecer estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalhos e especificações técnicas; Acompanhar, monitorizar e estabelecer contactos com entidades licenciadoras, reguladoras e consultoras; Elaborar projetos, cadernos de encargos e procedimentos de aquisição e contratação. Elaborar bases de dados georreferenciadas para a informação gerada no contexto do conteúdo funcional do cargo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preparação de processos no âmbito do CCP. Anexo ao DL 18/2008 de 29/01, para abertura de procedimentos de empreitadas de obras pública e outros. - Integra júris para apreciação de propostas no âmbito do CCP. - Acompanhamento de projectos elaborados por gabinetes externos na área de Mobilidade. - Acompanhamento de procedimentos de prestação de serviços até à sua total conclusão, incluindo a verificação das facturas. 		

Handwritten initials and signature in blue ink.

	- Colaboração na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários. - Acompanhamento dos procedimentos na Plataforma Electrónica.		
Requisitos Obrigatórios para Exercício da Função	▪ Licenciatura em Eng. Civil com inscrição na ordem dos engenheiros		
Posição Remuneratória Mínima		Posição Remuneratória Máxima	
Nível Remuneratório Mínimo		Nível Remuneratório Mínimo	
Principais equipamentos que manuseia	Computador e viatura		
Características físicas do local onde presta trabalho	Predominantemente no concelho de Viseu		

Competências mais importantes para o exercício da função

Orientação para resultados	X	Otimização de recursos	
Orientação para o serviço público		Responsabilidade e compromisso com serviço	X
Planeamento e organização	X	Relacionamento interpessoal	X
Análise da informação e sentido crítico		Comunicação	
Conhecimentos especialização e experiência	X	Trabalho de equipa e cooperação	X
Adaptação e melhoria contínua		Coordenação	x
Iniciativa e Autonomia		Negociação e persuasão	
Inovação e qualidade		Tolerância à pressão e contrariedade	
		Orientação para a Segurança	
Observações: (indicar se possui telemóvel, chaves, viatura, e/ou outros)			



Handwritten initials and a signature in blue ink.

1.2. Perfil de Competências

Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior

Designação do posto de trabalho	Técnico Superior – Eng. Civil	Nº Funcionário	
Unidade Orgânica a que pertence	DFOPC		
Superior hierárquico direto			
Quem reporta a si diretamente			
Nº de Postos de trabalho idênticos no mapa de pessoal	Ocupados		Nº de Postos de trabalho idênticos nesta unidade orgânica
	Por Ocupar		
Principais áreas de trabalho			
Conteúdo Funcional Geral	<ul style="list-style-type: none">▪ Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores. (Anexo à Lei 12/A/2008, 27 Fev. artigo 49, nº2)		
Principais Atribuições e Competências	<ol style="list-style-type: none">a) Fiscalização de obras adjudicadas de Viação rural e arruamentos, de construção civil e de outras obras adjudicadas não englobadas nas alíneas anterioresb) Fiscalização de obras executadas pelas Juntas de Freguesia ao abrigo de Contratos-Programa, de obras a executar para outras entidades ao abrigo de Protocolos com o Municípioc) Elaboração de autos de medição para pagamentos ou propostas adicionaisd) Zelar pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos nos seus variados aspetos relacionados com a atividade que desenvolvee) Analisar os pedidos de revisão de preços e contas finaisf) Coordenação do pessoal afetog) Elaboração de informação e pareceres de carácter técnico sobre processos, conceção e realização de projetos de obras, tais como edifícios, pontes, de acordo com a Portaria n.º 701-H/2008, de 29/7, no âmbito da engenharia civilh) Estudo, se necessário, do local mais adequado para a construção da obra. Execução de cálculos, assegurando a resistência e a estabilidade da obra considerada		

AS
A. E.

	i) Preparação de processos no âmbito do CCP j) Acompanhamento na totalidade dos procedimentos de empreitada de obra pública abertos até à adjudicação e de procedimentos de prestação de serviços até à sua total conclusão, incluindo a verificação de faturas l) Elaboração de projetos e estudos para as Juntas de Freguesia no âmbito do Provisar, cumprindo a Portaria n.º 701-H/2008, de 29/7 e o CCP		
Requisitos Obrigatórios para Exercício da Função	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Eng. Civil com inscrição na ordem dos engenheiros 		
Posição Remuneratória Mínima		Posição Remuneratória Máxima	
Nível Remuneratório Mínimo		Nível Remuneratório Mínimo	
Principais equipamentos que manuseia	Computador e viatura		
Características físicas do local onde presta trabalho	Predominantemente no concelho de Viseu		

Competências mais importantes para o exercício da função

Orientação para resultados	X	Otimização de recursos	
Orientação para o serviço público		Responsabilidade e compromisso com serviço	X
Planeamento e organização	X	Relacionamento interpessoal	X
Análise da informação e sentido crítico		Comunicação	
Conhecimentos especialização e experiência	X	Trabalho de equipa e cooperação	X
Adaptação e melhoria continua		Coordenação	x
Iniciativa e Autonomia		Negociação e persuasão	
Inovação e qualidade		Tolerância à pressão e contrariedade	
		Orientação para a Segurança	
Observações: (indicar se possui telemóvel, chaves, viatura, e/ou outros)			